

Jornal do Comércio – 11/12/2009

Indústria pede fim do erro nas contas de luz

<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=14718&codp=21&codni=3>

Entidades cobram da Aneel a devolução dos valores pagos a mais

Representantes da indústria e dos pequenos consumidores criticaram nesta quinta-feira, em São Paulo, a falta de uma solução para o problema da falha na metodologia de cálculo da tarifa de energia elétrica no Brasil. Eles cobraram compromisso da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em propor uma maneira pela qual as distribuidoras sejam obrigadas a devolver valores cobrados a mais dos consumidores ao longo de pelo menos sete anos.

Os consumidores não aceitam a tese da Aneel de que não tem poderes unilaterais de exigir a compensação por cobranças indevidas ocorridas devido a uma falha admitida pela agência no contrato de concessão. A decisão da Aneel de ter convocado uma audiência pública para buscar consenso para o aditivo ao contrato de concessão a ser proposto às distribuidoras é considerada insuficiente.

Segundo Maria Inês Dolci, coordenadora institucional da Pro Teste, a agência tem poderes e tem de apresentar uma fórmula de ressarcimento aos consumidores. "Esperávamos a proposição de uma fórmula para o ressarcimento, e isso não foi feito. Nesse sentido, o nosso pedido foi apenas parcialmente acatado. Sendo assim, a agência atua em omissão e já pode ser alvo de uma ação de improbidade administrativa", disse.

Instituições de defesa do consumidor, como o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e a Fundação Procon São Paulo, endossaram as críticas e anunciaram que estão preparando ações contra as autoridades do setor elétrico brasileiro a fim de exigir o ressarcimento dos consumidores.

O presidente da CPI das Tarifas de Energia Elétrica, Eduardo da Fonte, disse que a Aneel tenta ganhar tempo. "Não podemos admitir que a Aneel orquestre um calote aos consumidores." **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, criticou a forma como a discussão está sendo colocada e negou que haja algum erro nas contas de energia. Segundo ele, o esforço em discutir um ressarcimento que não é cabível consome um esforço que poderia ser direcionado à redução do peso dos encargos setoriais no custo final da tarifa.